



A formação da classe operária brasileira em Claudio Batalha

Cintia Rufino Franco da Silva

O presente trabalho tem como objetivo discorrer, brevemente, sobre a formação da classe operária no Brasil através do texto de Claudio H M Batalha.

Tradicionalmente, a formação da classe operária é pensada como um fenômeno econômico associado ao surgimento da indústria, que não considera a existência de uma classe. Para Batalha, *"a formação de uma classe é (...) um processo mais ou menos demorado, cujos resultados podem ser verificados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas, de classe, tornam-se realidade"*. (BATALHA, 2003, pg.163).

O autor ainda afirma que existem análises que associam a formação da classe operária à imposição do trabalho assalariado, excluindo o trabalhador escravo do processo produtivo. Assim, haveria uma oposição entre trabalhador escravo e livre, oposição esta que Batalha afirma estar longe de ser verificada, pois até mesmo nas fábricas, ambas as formas de trabalhador podiam coexistir.

A imagem associada à classe operária na Primeira República, pela historiografia, é a de que ela foi composta de brancos, homens e que trabalhavam em fábricas.

Para Batalha, falar de uma classe operária branca (lê-se imigrantes europeus) é acertada no que diz respeito ao Estado de São Paulo e o Sul, embora desconsidere o peso do operariado "nacional", com significativa participação de negros e mulatos no restante do país.

Já a respeito do caráter fabril do operariado, o autor afirma que tal idéia foi exagerada nas fontes disponíveis, pois *"os levantamentos públicos e privados do período tenderam a desconsiderar as manufaturas e oficinas, com pequeno número de operário e com trabalho manual"* (BATALHA, 2003, pg. 164). Ou seja, era recorrente associar o conceito de fábrica às grandes instalações, com grande número de operários e maquinários.

Acerca de o trabalho masculino ser predominante nas fábricas, Batalha concorda com o fato de que na Primeira República prevalece os homens como mão-de-obra.



Entretanto, afirma que a mão-de-obra feminina foi muito significativa em ramos como o têxtil e de vestuário, embora, em organizações de setores em que a presença feminina era até majoritária, elas estavam ausentes dos quadros diretores.

Por muito tempo, a historiografia de modo geral, afirmava que existia uma relação entre a presença de imigrantes no Sudeste e Sul do país e a militância do movimento operário e a difusão de determinadas ideologias (lê-se anarquismo).

Novos estudos sobre imigração mostraram que a maioria dos imigrantes provinha do campo e que muitas vezes não tinha qualquer experiência sindical ou política. A perspectiva de ascensão social e as diferenças culturais são alguns fatores que, conforme Hall e Pinheiro dificultaram a organização operária.

Conforme Batalha, fatores como divisões étnicas e a perspectiva do imigrante de enriquecer e retornar ao país de origem não podem ser considerados um entrave na organização operária.

Acerca dos conflitos étnicos, o autor afirma que

"se a identidade étnica fosse um fator fundamental, um meio do operariado organizado, proliferariam associações operárias organizadas exclusivamente com base na nacionalidade ou na origem étnica, mas os exemplos nesse sentido são poucos numerosos". (BATALHA, 2003, pg.168).

A respeito da perspectiva do imigrante de enriquecer e voltar ao país de origem, o autor afirma que é pouco provável que com o passar dos anos e diante das dificuldades enfrentadas, tal crença se mantivesse. (BATALHA, 2003, pg. 167).

Dessa forma, Batalha afirma que a historiografia que relaciona a imigração com a formação da classe operária cai em desgraça quando conduz a visão para o imigrante como anarquista ou o vê comovido apenas pelo interesse individual de enriquecimento, o que tornaria inviável sua participação em movimentos coletivos.

Batalha afirma que os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram foram os trabalhadores qualificados: tipógrafos, alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros, padeiros, pedreiros, marceneiros, padeiros. Esses trabalhadores



eram assalariados submetidos a um patrão. Entretanto *"detinham um saber de ofício que lhes conferia um certo poder de barganha nas negociações por melhores salários ou condições de trabalho"* (BATALHA, 2003, pg. 170).

Muitos setores viam sua importância decrescer com a introdução de novas técnicas de produção, de mecanização e de mão-de-obra mais barata, como a feminina. Como resposta, mecanismos de controle do aprendizado chegaram a ser propostos por sociedades operárias.

De acordo com Batalha, o movimento operário das primeiras décadas do século XX foi moldado pelos trabalhadores qualificados de ofício, embora não endosse a idéia de que *"doutrinas como o anarquismo seriam características de trabalhadores ainda não plenamente inseridos no trabalho industrial"* (BATALHA, 2003, pg. 172), pois tanto o socialismo como o anarquismo eram doutrinas presentes nesse movimento operário.

Com o advento da república em 1889, surgiu grande esperança, nos meios organizados do operariado, de que viesse uma nova era de direitos políticos e sociais, seguida de grande desilusão, na medida em que o novo regime se mostrou incapaz de atender os anseios da classe operária.

Batalha afirma que tal desilusão propiciou três tipos de resposta do movimento operário. A primeira teria sido a busca de obtenção dos direitos sociais, sem questionar o sistema político, sustentada pelo positivismo e toda uma série de manifestações do sindicalismo reformista.

A segunda resposta propunha a conquista de direitos sociais aliada a direitos políticos, visando à mudança do sistema pela participação no processo político-eleitoral, posição dos sindicalistas e dos setores mais politizados do sindicalismo reformista (BATALHA, 2003, pg. 174).

A terceira foi a posição de negação da política institucional, depositando na ação direta a forma de pressão necessária para a obtenção de conquistas, defendida por sindicalistas revolucionários e anarquistas (BATALHA, 2003, pg. 175).



Como resposta à exclusão social e política, parte dos setores organizados da classe operária priorizou a luta por direitos sociais. Batalha afirma que as razões que elegendem os direitos sociais separado da luta por direitos políticos, variam de corrente para corrente dentro do movimento operário.

A concepção comtiana, por exemplo, remetia a direitos sociais, não a direitos políticos. Para a posição positivista, qualquer forma de mobilização ou pressão era vista como prejudicial à obtenção dos direitos pleiteados, *"agindo muito mais como grupo de pressão moral do que como sindicato"* (BATALHA, 2003, pg. 177).

Já o sindicalismo revolucionário, muitas vezes confundida com o anarquismo, pregava que através da luta econômico-sindical em torno das condições e da remuneração do trabalho, e adotando como método a ação direta expressa pelas greves que se pretendia alcançar a emancipação dos trabalhadores.

As correntes políticas do movimento operário na Primeira República, propunham em seus programas não apenas direitos sociais, mas também a ampliação dos direitos políticos. Para Batalha, nesse sentido se pode dizer que lutavam pela cidadania.

Desde a última década do século XIX, os programas dos partidos operários ou socialistas tinham como objetivo a ampliação dos direitos políticos, prepondo reformas do sistema eleitoral.

No sistema, votavam apenas os homens, brasileiros, maiores de 21 anos, alfabetizados e alistados como eleitores, o que significava que apenas uma pequena parcela da população brasileira tinha acesso ao voto. As características do funcionamento do Legislativo não davam oportunidade de mudanças significativas no sistema político.

Para Batalha, no Manifesto de 1902 do PSB, aparece uma concepção de cidadania que garante melhores condições de trabalho, protege o trabalhador através de mecanismos legais, propondo a promoção de uma maior justiça social.

Tendo como base as afirmações acima, pode-se afirmar que os partidos operários atuaram apenas em escala municipal, ou em alguns casos, estadual, sem uma



dimensão nacional. "*O projeto de cidadania operária, que marca os muitos programas dos partidos operários da Primeira República, esbarrou na falta de organizações adequadas - partidos consolidados - para levá-lo adiante*" (BATALHA, 2003, pg. 186).

Dessa maneira, o ensaio de Batalha é pertinente na medida em que busca dar um novo olhar para a história do movimento operário, dando a devida importância aos estudos já suplantados, mas estabelecendo novas interpretações a partir de uma nova leitura das fontes.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Cláudio H M. "*Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*". In: DELGADO, Lucilia de A N. **O Brasil Republicano 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 1 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "*O proletariado industrial na Primeira República*". In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: Sociedade e instituições (1889-1930)**. 7ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004



Abordagem tradicional: a presença do passado

Cairane Barros

É inacreditável que em pleno século XXI, ainda nos deparamos com educadores que seguem como lei a abordagem tradicional. Esta, traz como prioridade o programa, conteúdos e critérios para aprovar ou reprovar alunos, ignorando totalmente a existência desse ser pensante. Os alunos recebem informações coletivamente, se ignorando mais uma vez as particularidades de cada um.

Esta abordagem nos remete a “educação bancária” (Paulo Freire), onde o aluno é visto como um banco, que se deposita, e neste caso, depósito de informações, que na maioria das vezes, são “inúteis” aos olhos do aluno. Há, também, a visão de que o adulto é homem acabado, e esse educando, se torna um adulto em miniatura, que só precisa ser atualizado.

Um dos principais pontos e de extrema relevância é a questão do ensino, que está centrada no professor, na transmissão de conhecimentos, e não na real necessidade do aluno.

A educação é lamentavelmente encarada como uma mera passagem de ideias, se preocupando com quantidade de noções, conceitos e informações, levando assim somente a memorização.

É mais que sabido, que decorar é gravar por algum espaço curto de tempo, ao contrário de aprender, que é a reflexão e conseqüente incorporação real de determinado conhecimento.

Diante disto, é extremamente preocupante se pensar e encarar a abordagem tradicional nos dias de hoje, onde tanto educandos e principalmente educadores, estão expostos tantas tecnologias, informações e acima de tudo novas ideias que podem de fato melhorar a qualidade da educação brasileira.



A importância do conto de tradição oral na literatura infantil

Sueli Martins

A literatura fantástica foi a forma privilegiada da Literatura Infantil, desde século XVII, até o início do Romantismo, quando o maravilhoso dos contos populares foi incorporado definitivamente ao acervo infantil pelos irmãos Grimm, na Alemanha, Hans Christian Andersen, na Dinamarca, Garrett e Herculano em Portugal.

O maravilhoso é tudo que acontece fora da nossa realidade. O maravilhoso foi e continua sendo um dos elementos mais importante na literatura destinada às crianças. Essa tipologia age sobre a imaginação infantil e causa prazer pelo maravilhamento.

O simbolismo que está implícito nas tramas e nas personagens age inconscientemente nos conflitos internos das crianças. Nelly (1997) diz: *“que os significados simbólicos dos contos maravilhosos estão ligados ao eterno conflito que o homem enfrenta ao longo de seu amadurecimento emocional”*. É durante esse período que a criança sente a necessidade de defender sua vontade e sua independência em relação ao poder dos pais ou da rivalidade com os irmãos e amigos.

A literatura infantil e principalmente os contos de fadas podem ser fatores decisivos para o desenvolvimento da criança em relação a si mesma e ao mundo a sua volta. Bettelheim (2007) diz: *“Que é durante esse período que a criança é levada a se identificar com o herói, o bom e o belo.”* Não devido a sua bondade ou beleza, mas por sentir nela a própria personificação de seus problemas infantis, como o desejo de bondade e beleza, principalmente sua necessidade de segurança e proteção. As crianças se identificam com os heróis e heroínas do mundo maravilhoso.

Enfim, a importância da literatura destinada às crianças é o meio ideal para auxiliá-las não só a desenvolver suas potencialidades naturais, como amadurecimento que mediam entre a infância e a idade adulta.

Segundo Zilberman e Coelho, o início da literatura infantil é marcada por Perrault, entre os anos de 1628 e 1703, com os livros: “Mãe Gansa”, “O Barba Azul”,



“Cinderela”, “A gata Borralheira”, “O Gato de Botas”. Depois apareceram outros escritores como Andersen, Collodi, Irmãos Grimm, Lewis Carrol, entre outros.

No entanto, Aragão afirma que o aparecimento da literatura infantil decorre da ascensão da família burguesa, do novo *status* concedido à criança na sociedade e na reorganização da escola. Sua emergência ocorreu antes de tudo devido à associação com a pedagogia, já que as histórias eram elaboradas para se converterem em instrumentos dela.

Os contos maravilhosos são histórias que narram acontecimentos fantásticos. São histórias de fadas, de gigantes de gnomos, de anões, e acontecimentos fabulosos que permaneceram através dos tempos, começam habitualmente como “era uma vez”, “há muitos anos atrás” e acabam geralmente “felizes para sempre”.

Os contos de fadas têm um mundo próprio que, sem dúvida, é o mundo da fantasia, onde crianças e adultos têm a oportunidade de sonhar, brincar e acreditar que podem se transformar em personagens com poderes sobrenaturais, também podem deslocar de um espaço para o outro, contrariando as leis da gravidade, e chegam a acreditar que podem se transformar em animais. O mundo das narrativas maravilhosas se passa no mundo da magia, da fantasia ou do sonho onde tudo escapa da precária realidade da sobrevivência humana.

Nelly (1997) diz que os contos maravilhosos são formas de narrativa que, sem a presença de fadas, se desenvolve no cotidiano mágico como animais que falam, tempo e espaços reconhecíveis ou familiares, objetos mágicos, gênios, duendes, etc. Sua problemática é sempre o meio social, ou seja, trata sempre de desejos de auto realização do herói ou do anti - herói. Geralmente a miséria ou a necessidade de sobrevivência é o ponto para as aventuras.

O conto maravilhoso se encontra entre as formas literárias mais importantes, vinda do início dos tempos, que se transforma em literatura infantil. Nelly (1997) diz ainda que esta é narrativa de acontecimento ou de aventura, que se passam no mundo mágico ou maravilhoso, espaço fora da realidade comum em que vivemos, e onde os fenômenos não obedecem às leis naturais que nos regem. No entanto, esse tipo de



literatura, hoje é destinada às crianças, nasceu para dar alegria aos adultos. No século XVII e XVIII as crianças eram vistas como adultos em miniaturas, sua educação era disciplinadora e punitiva.

Por ter esse tipo de características a literatura foi escrita, mostrando o indivíduo ideal, através de heróis e personagens românticos que representavam as qualidades e as virtudes a serem imitadas. Esse tipo de literatura mostrava que cada história tinha um final, com prêmios ou castigos recebidos por seus personagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTELHEIN, Bruno, **A Psicanálise dos Contos de Fadas**, Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: PAZ e Terra, 2007.

COELHO, Nelly Novaes. **O Conto de Fadas**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática. 1991.

LAJOLO, Marisa e Zilberman, Regina, **Literatura Infantil Brasileira Historia E Histórias**. 2ª edição, Editora Ática; 1985.



Dos Críticos profissionais o que temos a aprender?

Daniel Gomes

Vou ser curto e grosso leitores, eu não sou e nunca fui e, espero, nunca pretendo ser crítico profissional de cinema e das belas artes audiovisuais. Por quê? Porque simplesmente as publicações especializadas impõem que você seja especializado na área para poder criticar e, para mim, isto é a mais completa coisa mais sem noção que existe.

Vamos aos fatos. Vemos por aí muita gente criticando filme x, y ou z, de uma forma gabaritada e profissional e, ao ler a crítica destas pessoas vemos duas possibilidades:

- 1 – Ou a minha opinião sobre um filme está errada;
- 2 – O que diabos esta pessoa está falando?

Com isto em mente, as pessoas que estudaram cinema, seja em forma de curso de formação técnica ou superior, tem todo o direito de criticar um filme e as pessoas que não tem este tipo de formação, não o tem certo? Errado.

Esta história de crítica profissional é apenas uma desculpa, em minha opinião, para enaltecer o ego de pessoas que acham que tem a melhor opinião que o gosto pessoal de um leitor ou outro e, por vezes, até tentam impor isto nas pessoas. Claro que se a pessoa for escolada e já tiver uma boa bagagem cultural não cairá na armadilha que os críticos criam e lançam ao ar em revistas com as áreas de cinema e em blogs especializados no assunto.

É por estas e outras que quando eu vejo o Oscar, Leão de ouro, urso de prata ou urubu de alumínio, não consigo entender as escolhas dos votantes. Estas mesmas pessoas que criam histórias maravilhosas, votam em filmes que são cabeça, cult e que, para o público geral, não merecem nem serem destacados ou passados no cinema. Sinceramente, nenhum destes filmes que são ditos cults, hoje em dia, tem alçada de cult para a minha pessoa. Filmes como Another Earth, Melancholia e outros pretensos filmes que exploram a faceta psicológica humana acerca de um fim, de um outro planeta parecido com o nosso, é de uma chatice tamanha que eu dormi nos dois filmes.



Creio que eu deva estar me distanciando do assunto, mas pegando as poucas peças da minha crítica aos críticos profissionais, posso dizer a seguinte coisa: não existe isto de crítico profissional, porque, se houver, será que eu sou proibido de escrever num blog ou numa revista eletrônica sobre filmes, livros e jogos só porque eu não tenho formação na área? Será que eu sou obrigado a fazer um curso só para dizer que eu sou “profissa” no assunto? Este é um conceito errôneo, já que as artes, de uma maneira geral, são coisas que devem ser interpretadas de uma maneira completamente pessoal. Se eu falo que filme X é bom e Y é ruim, e digo isto por causa de um ator, roteiro, luz, câmera ou afim, esta é a minha opinião pessoal, a minha crítica acerca do assunto e, sinceramente, não preciso de um diploma da Faculdade Ernesto Makabau Tomavai não sei de que esquina para dizer o que eu penso.

Eu espero, particularmente, que os futuros críticos das artes audiovisuais sejam menos cheios de si e pratiquem um pouco mais de humildade em suas críticas, pois saem filmes maravilhosos, em minha opinião, que foram chutados a escanteio pela crítica profissionalizada.

E a minha dica sobre o assunto é: nunca leve a crítica de um crítico criticamente séria, porque quem se ferra é você, caro leitor.